

## Otimismo exagerado

Tanto na *Conversa ao pé do rádio* como no discurso que fez em Campos, com o qual deu por encerrado o ano político de 1985, o presidente da República mostrou-se empolgado com a realidade que vê descortinar-se a seu redor. Aliás, o tom desses pronunciamentos afina com o que tem marcado, de tempos para cá, as alocações do sr. José Sarney, no exercício da chefia do Executivo, beirando o ufanismo, refletindo um mundo de esperanças que não raro fica carecendo de apoio em fatos. "Conseguimos atravessar este ano superando todo tipo de problemas", afirmou s. exa. no programa radiofônico transmitido de Brasília. E a inflação? Agravou-se, registrando índices mais altos do que assinalara em 1984. Está disparando, incontrolável, o processo de desvalorização monetária, que subverte a economia e dissemina tensões sociais gravíssimas. Eis, portanto, um problema que há de causar inquietação, sobretudo porque o governo não o equacionou corretamente e se limita a adotar paliativos que, cedo ou tarde, deixarão de funcionar.

Em Campos, o presidente chegou a dizer: "Assim como a Petrobrás deu certo, temos certeza de que o Brasil dará certo". Perdão, se o Brasil *der* certo como deu a Petrobrás, não há como esconder esta verdade pressaga: este país dará errado. Porque o preço que se pagou e se está pagando pela aventura de explorar petróleo em regime de monopólio estatal é simplesmente escorchante. Primeiro, o petróleo ficou sepultado no subsolo e, quando mais se precisava dele, continuou lá — e as importações do combustível, a custo elevadíssimo, formaram parcela ponderável da dívida externa, que, desgraçadamente, é a maior do mundo. Depois, começou a ser extraído, lentamente, porque o capital nacional é escasso, a pesquisa para localizar as jazidas de óleo demorou demais a produzir resultados e retirá-lo da plataforma submarina exige tecnologia sofisticada, na qual só agora a Petrobrás penetra, e recursos vultosos, de que ela não dispõe. Finalmente, porque qualquer atividade econômica confiada ao Estado em regime de monopólio se desvirtua e se torna, precisamente, antieconômica. Essa poderosíssima empresa estatal não escapa a uma alternativa lógica que lhe foi oposta, sem resposta, pelo senador Roberto Campos: se a Petrobrás não é eficiente, não faz jus ao monopólio com que foi aquinhoad; se é, não necessita dele.

"A prioridade passou a ser o social", proclamou o sr. José Sarney; e acrescentou: "Essa dívida (entenda-se, social) começa a ser resgatada, os pobres olhados, os trabalhadores atendidos, os humildes respeitados, o homem do campo tem voz e haverá de ter terra..." Alguém que aterrissasse no Brasil agora e lesse as palavras transcritas juraria que este país está progredindo da estaca zero: nada fora feito antes da Novíssima República; tudo foi feito depois que ela se iniciou! Não é bem assim. Se os assalariados e a classe média atravessam uma euforia fugaz, porque a remarcação das etiquetas ainda não lhes comeu o reajuste da remuneração que auferem, não há dúvida de que o aviltamento do poder aquisitivo do dinheiro, de um lado, e o leão, de outro lado, acabarão sem demora com a alegria passageira que perdurou no período de compras natalinas. Não existe, na *entourage* presidencial, quem lembre ao sr. José Sarney que classe média e iniciativa privada caminham juntas e são as colunas-mestras da sociedade organizada para sustentar o Estado de que ele é chefe? Se ambas perecerem, sobrevirá outra ordem, em substituição a esta na qual assentam as instituições políticas. Na hipótese, outra ordem quer dizer regime de força, com sacrifício das liberdades públicas e dos direitos e garantias individuais que distinguem a democracia.

Não satisfeito, o presidente prosseguiu: "O Brasil venceu o pessimismo e a inércia, a desconfiança e o desânimo, a tragédia e o desespero". Nada se tem contra a forma literária pela qual, no texto sob comentário, o titular do Planalto exprime seu pensamento. Tem-se, sim, contra a pretensão de retratar, com as palavras reproduzidas, a conjuntura nacional, erçada de dificuldades, a inspirar pessimismo que nada tem de mórbido e se enraíza nas circunstâncias do dia-a-dia de cada um, ao experimentar que seus percalços estão aí mesmo, e ninguém os remove. O pagamento da dívida externa hipoteca o trabalho de muitas gerações de brasileiros e está longe de ser solucionado; a segurança, individual e coletiva, nos grandes centros urbanos é cada vez mais precária; o fantasma do desemprego afastou-se para alguns, mas retornará, ovante, logo que a economia, aquecida artificialmente, retornar à depressão; as capitais estaduais, com suas zonas metropolitanas que incharam rapidamente, *oferecem* às populações que lá se comprimem, fugindo do

campo, abandonado e desassistido, baixíssima qualidade de vida, traduzida por escassez de alimentação, transportes, habitação e assistência médico-hospitalar.

Não, o Brasil pouco ou quase nada mudou, de 15 de março até hoje. Os obstáculos com que se defrontam os brasileiros são praticamente os mesmos que lhes desafiavam a paciência e lhes punham à prova a esperança, há nove meses. Respira-se, é verdade, mais liberdade, o procedimento pessoal do presidente da República lhe concede nítida vantagem sobre seu antecessor, seja pelo empenho no trabalho diário, seja pelo clima de austeridade que procura implantar no escalão administrativo que lhe está mais próximo. Mas, fora as esperanças fundadas apenas numa espécie de apoteose e as palavras quentes utilizadas para retratar o Brasil da Novíssima República, o panorama que se decortina ao povo, sempre disposto a confiar no advento de melhores dias, é exatamente igual àquele de que se dispunha na República velha. Prestará serviço ao presidente quem lhe recordar que enfrentar problemas multiplicando elogios não contribui para solucioná-los. As referências com que s. exa. brindou o governador do Rio de Janeiro de nada adiantarão para torná-lo afável e disposto a cooperar na adoção de fórmulas válidas para erradicar os males do País. O sr. Leonel Brizola só pensa em ser presidente da República — e o mais depressa possível. Prestará ainda serviço ao presidente quem lhe formular esta advertência amiga: a postura dele há de ser não a do político que se lança em campanha eleitoral, mas a do governante atento ao cumprimento de seus deveres, e que, por isso mesmo, não hesita em prescrever e administrar remédios amargos para curar as muitas doenças que acometem o organismo da Nação.

Ainda não há fatos para apoiar o tom exageradamente otimista das mensagens do chefe do governo. O povo não se negará a ajudá-lo a criar tais fatos, até mesmo suportando sacrifícios, desde que não poupem quem quer que seja e se distribuam com justiça, que consiste em "dar desigualmente aos desiguais". Para tanto, porém, há que enfrentar a realidade e vê-la tal qual é, ainda sombria, carregada de dúvidas e aflições. De nada adiantará colorir-la de rosa e partir de ilusões para tentar alcançar soluções.